

**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E SUPERAÇÕES  
DIFFICULTY LEARNING IN YEARS TEACHING INITIAL  
ESSENTIAL: CHALLENGES AND OVERRUNS**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-78

Corina Delboni Lóss<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo justifica-se pela importância que a leitura e a escrita exercem na inserção do indivíduo em um mundo letrado, de forma consciente e ativa, e tem como objetivo identificar os fatores que dificultam a aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como conhecer/propor estratégias para a superação dessas dificuldades. Em sua elaboração, foi utilizada a pesquisa qualitativa/descritiva, pautando-se em ideias de autores que contribuem para a reflexão e mudanças de atitudes frente ao trabalho com essa competência nas escolas. Dentre eles, destacam-se KISHIMOTO (1996), PAROLIN (2010) e FONSECA (1995), que contribuem para um entendimento satisfatório sobre dislexia, disgrafia, entre outras dificuldades existentes, no que se refere à leitura e à escrita, auxiliando também na tomada de consciência de que a escola precisa buscar apoio especializado quando encontra em seu ambiente crianças que não conseguem aprender como tantas outras; talvez, segundo estes autores, seja o caso de entrar em contato com psicólogos, psicopedagogos, dentre outros profissionais que possam ajudar, tendo em mente que este deve ser um trabalho coletivo, não isolado. Assim, este artigo esclarece que há a necessidade de rever o trabalho de leitura e escrita que está sendo desenvolvido nas escolas, a fim de buscar soluções para muitos problemas existentes, partindo de uma reestruturação do projeto político-pedagógico, assim como das atitudes dos profissionais envolvidos. E, a partir de então, incluir todos os alunos em um ambiente onde possam aprender de forma efetiva, com dignidade e respeito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dificuldades de aprendizagem, práticas sociais de leitura e escrita, intervenção psicopedagógica.

**ABSTRACT**

This Article is justified by the importance of reading and writing exert in the individual insertion in a literate world, consciously and actively, and aims to identify the factors that hinder the reading and writing learning in the early years of elementary school, as well as know / propose strategies for overcoming these difficulties. In its preparation was used qualitative / descriptive research, always focusing on authors of ideas that contribute to the reflection and change attitudes to work with this competence in schools. Among them are the following KISHIMOTO (1996), PAROLIN (2010), FONSECA (1995), which contribute to a satisfactory understanding of dyslexia, dysgraphia, among other difficulties, in relation to reading and writing, it also helps to awareness that the school needs to seek expert support when found in their environment that children might not learn like so many others; perhaps, according to these authors, is the case of contact with psychologists, educational psychologists, among other professionals who can help, keeping in mind that this must be a collective work, not isolated. And so, this article makes clear that there is a need to review the work of reading and writing that is being developed in schools in order to find solutions to many problems, from a restructuring of the political pedagogical project, as well as the attitudes of professionals involved. And from then include all students in an environment where they can learn effectively, with dignity and respect.

**KEYWORDS:** Learning difficulties, social practices of reading and writing, psychopedagogical intervention.

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras de Colatina (Colatina, ES, Brasil) (2000). Diretora da EEEFM São Luís, Santa Maria de Jetibá - ES. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. E-MAIL: corinadloss@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/9070170926742819

## INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo de aquisição e assimilação, mais ou menos consciente, de novos padrões e novas formas de perceber, ser, pensar e agir. Essa relação ocorre através da linguagem, que é universal, dinâmica e permite ao locutor, em um diálogo, representar a realidade; e ao ouvinte, recriar essa mesma realidade.

Nesse sentido, escrever, ler e falar convencionalmente são passos essenciais para enriquecer a experiência de vida do ser humano. Obter sucesso em oportunidades de emprego, nos relacionamentos pessoais e nos estudos está intimamente ligado à capacidade de se expressar devidamente por meio da língua falada e escrita. Essas competências devem ser construídas no dia a dia da escola, com base em suas funções sociais.

A dislexia e a disgrafia, por serem dificuldades específicas da aprendizagem, tornam-se não somente um desafio para a criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também para toda a escola, que precisa empreender maiores esforços para a superação dessas dificuldades. Fonseca (1995) aponta que a dislexia é uma desordem (dificuldade) manifestada na aprendizagem da leitura, independentemente de instrução convencional, inteligência adequada e oportunidade sociocultural. Trata-se, portanto, de uma condição dependente de funções cognitivas, que são de origem orgânica na maioria dos casos. Com relação à disgrafia e à disortografia, o autor as diferencia relatando que a disgrafia é mais um problema de execução, enquanto a disortografia se destaca como um problema de formulação. Enquanto a disgrafia afeta o sistema viso-motor, a disortografia compreende um problema da expressão escrita que envolve a ideação, a formulação e a produção, bem como os níveis de abstração.

Essas discussões têm resultado na

compreensão da necessidade de buscar estratégias diferenciadas e coletivas para vencer as barreiras e entaves que inviabilizam a construção de uma escola que eduque, de fato, para o exercício pleno da cidadania e, conseqüentemente, para a formação de alunos leitores e escritores.

Para isso, fica claro que a escola precisa enfrentar o desafio de oferecer aprendizagens básicas que assegurem a igualdade de oportunidades e, ao mesmo tempo, considerar as diversas características específicas de seus alunos. É essencial reconhecer que cada aluno chega à escola com conhecimentos prévios à educação formal, diferentes e em diversos níveis, assim como com ritmos próprios de aprendizagem.

Considerando a importância da leitura e da escrita para a convivência em uma sociedade que se torna cada dia mais exigente, e a necessidade da escola de buscar soluções plausíveis para que todos os alunos se alfabetizem e utilizem sua competência leitora e escritora de forma eficaz, a dificuldade de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental é o tema norteador deste artigo. Seu objetivo é identificar os fatores que dificultam a aprendizagem da leitura e da escrita nesses anos iniciais, assim como propor estratégias de superação dessas dificuldades.

Para a realização desta pesquisa, com foco na problemática relativa às dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nos anos iniciais, adotou-se uma metodologia descritiva, baseada em sugestões inovadoras e eficientes de autores como Kishimoto (1996), Parolin (2010) e Fonseca (1995).

Considerando sua função social, este artigo busca proporcionar ao professor informações que possam contribuir para a melhoria de sua prática docente, de forma a tornar mais efetivo o rendimento na aprendizagem da leitura e da escrita. Dessa maneira, objetiva-se alcançar uma conquista que conduza à autonomia do aluno, bem como à sua

independência pessoal e social.

### **LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: FATORES QUE DIFICULTAM E QUE A PROMOVEM**

A aprendizagem da leitura e da escrita é uma condição indispensável para que o aluno adquira autonomia e esteja preparado para interagir com as pessoas e com o meio de forma dinâmica e consciente. Contudo, essas competências nem sempre são desenvolvidas por todos os alunos desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, o que pode resultar em um atraso significativo em seu desenvolvimento integral. Sabe-se que a leitura e a escrita norteiam todas as outras aprendizagens, tornando-se pilares fundamentais na construção do conhecimento.

Dessa forma, as escolas devem criar condições para que os alunos aprendam a ler e escrever em uma perspectiva que vá além de simplesmente codificar e decodificar. Eles devem ser capazes de utilizar essas competências em seus usos sociais. Para alcançar esse objetivo, é essencial que os educadores compreendam como ocorre o processo de aprendizagem dos alunos, o que permitirá um melhor atendimento às suas necessidades.

Piaget e Vygotsky, ao enfatizarem a importância da atividade do indivíduo no processo de conhecimento, rejeitam os pressupostos da pedagogia tradicional. Piaget, ao considerar a construção do conhecimento um processo individual, prioriza o ponto de vista da criança. Ele afirma, por exemplo, que ensinar algo diretamente a uma criança pode impedir que ela descubra por si mesma. Já Vygotsky destaca a participação do outro no processo de aprendizagem, que ele define como a internalização das formas culturais de pensamento. Com base no conceito de zona de desenvolvimento proximal, Vygotsky afirma que "a criança fará sozinha amanhã o que faz em cooperação hoje".

Assim, o educador deve estar ciente dos estágios de desenvolvimento pelos quais passa a inteligência da criança, considerando que cada estágio possui uma lógica própria que determina o tipo de resposta apresentada. A passagem de um estágio para o próximo ocorre de maneira natural e contínua. Nesse contexto, o papel do professor não é apenas ensinar, mas também oferecer estímulos e desafios à criança para que ela faça suas próprias descobertas. A aprendizagem, portanto, acontece de dentro para fora, por meio de hipóteses e descobertas realizadas pela própria criança.

O professor deve respeitar o nível de desenvolvimento de cada criança, evitando encarar suas respostas e ações como erros, mas como etapas do processo de aprendizagem. De forma gradativa e natural, a criança se torna consciente de suas contradições e as supera. Sobre esse aspecto, Ferreiro e Teberosky (1985, p. 66) afirmam que "a construção de um objeto de conhecimento implica muito mais que uma mera coleção de informações". Segundo as autoras, essa construção envolve a formulação de um esquema conceitual que permite interpretar tanto dados prévios quanto novos, transformando informações em conhecimento.

Piaget (1983) ressalta que as etapas do desenvolvimento cognitivo da criança representam uma sucessão de formas de adaptação contínua. Cada etapa está interligada à seguinte, e a aprendizagem consiste em uma recriação dos modos de lidar com o mundo, tornando-os mais estruturados e criativos.

Portanto, é fundamental criar meios para que o aluno interaja com sua aprendizagem, estabelecendo um vínculo sólido com a construção do conhecimento. Essas condições permitem que o aluno reprojete sua ação para a aprendizagem em diversas situações. Esse conhecimento é imprescindível para que os professores contribuam efetivamente para a formação de alunos leitores e escritores. É alarmante perceber que muitas crianças chegam aos anos finais do Ensino Fundamental

sem saber ler e escrever, o que impacta negativamente na construção dos conhecimentos essenciais para sua vida.

A escola, como instituição promotora da aprendizagem, precisa rever sua postura para garantir o direito do aluno de aprender com dignidade. O primeiro passo é compreender por que os alunos não estão aprendendo e buscar estratégias que superem as dificuldades identificadas.

Diversos fatores podem dificultar ou prejudicar a aprendizagem da leitura e da escrita, entre eles o desconhecimento dos profissionais da educação sobre casos de dislexia ou disgrafia. Em outros casos, o aluno pode simplesmente não acompanhar o ritmo da turma e necessitar de uma abordagem diferenciada e estratégias que favoreçam seu avanço.

Martins (2004, p. 138) afirma que "o insucesso na aprendizagem da leitura e da escrita condiciona, frequentemente, a aprendizagem em outras áreas disciplinares, em que o domínio da linguagem escrita, e em especial da leitura, é fundamental". Dessa forma, os alunos que não correspondem aos padrões esperados de aprendizagem nos anos iniciais passam a compor um grupo que apresenta dificuldades de aprendizagem.

Cabe ressaltar que essas dificuldades sempre existiram, muitas vezes camufladas ou negligenciadas, resultando em alunos promovidos sem o desenvolvimento das competências necessárias para a série/ano em questão. Algumas dificuldades podem ser superadas ao longo dos anos, mas outras permanecem até a idade adulta, gerando situações em que indivíduos apresentam dificuldades em lidar com desafios cotidianos.

Essas considerações demonstram que o termo "dificuldade", discutido neste artigo, não abrange perturbações de inteligência, personalidade ou anomalias sensoriais (auditiva, visual) ou motoras. Ainda assim, tais dificuldades comprometem a aprendizagem. Por outro lado, o conceito de "incapacidade" envolve problemas de gravidade

variável. Segundo Lúria (1973, p. 253), "as incapacidades de aprendizagem englobam distúrbios provocados por lesões em zonas secundárias do cérebro, responsáveis pelas funções simbólicas e práticas superiores, resultando em incapacidade de distinguir (analisar e sintetizar), diferenciar [...]".

Assim, torna-se imprescindível que os professores, em sua prática pedagógica, reconheçam as diversas dimensões da aprendizagem e desenvolvam estratégias eficazes para garantir que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento e possam exercer plenamente sua cidadania.

### **DISLEXIA E DISGRAFIA: ALGUMAS REFLEXÕES**

Para atender melhor os alunos em suas necessidades específicas, é essencial compreender alguns aspectos que geram dificuldades de aprendizagem, como a disgrafia e a dislexia.

Sabe-se que a linguagem escrita expressiva é a forma de linguagem que mais tempo leva para ser adquirida pelo ser humano. Isso ocorre porque escrever requer inúmeras operações cognitivas, resultantes da integração dos níveis anteriores da hierarquia da linguagem. A escrita, diferentemente da leitura, é um processo que demanda a translação dos sons da fala (unidades auditivas) para equivalentes visossimbólicos (unidades visuais), ou seja, as letras.

Quando a escrita envolve apenas um problema de motricidade fina, de coordenação visomotora e de memória, refere-se à fase de execução ou gráfica. Por outro lado, quando envolve a formulação e a codificação que precedem o ato de escrever, corresponde à fase de planificação ou ortográfica. É com base nessas fases que se organiza a taxonomia das dificuldades de aprendizagem no campo da escrita.

Nesse contexto, entende-se que a disgrafia está mais relacionada a problemas de execução do que de planificação, enquanto a disortografia destaca dificuldades na planificação e formulação. Essas duas

variáveis estão fortemente associadas às dificuldades receptivas: se o aluno não consegue ler, dificilmente conseguirá escrever. Daí a relação interdependente entre dislexia e disortografia.

A análise da escrita de um aluno com dislexia pode revelar detalhes importantes sobre suas dificuldades. Por meio desse processo, é possível compreender como ele decodifica e codifica a linguagem escrita. Palavras lidas com inversões, substituições, adições, entre outros erros, tendem a ser escritas da mesma forma. Essa escrita reflete se os déficits do aluno disléxico são de ordem visual ou auditiva.

Sobre a dislexia, Eisenberg (Apud FONSECA, 1994, p. 288) a define como "dificuldade na aprendizagem da leitura com proficiência normal, independentemente de instrução convencional, de um envolvimento cultural adequado, de motivação, de sentidos intactos, de inteligência normal e da ausência de déficits neurológicos". Já Myklebust (Apud FONSECA, 1994, p. 246) a descreve como uma "desordem da linguagem que interfere na aquisição de significados provenientes da linguagem escrita, devido a um déficit na simbolização". A dislexia pode ser endógena ou exógena, congênita ou adquirida. As limitações na leitura são demonstradas pela discrepância entre a realização esperada e a realização atual. Essas limitações, geralmente, são causadas por disfunções cerebrais manifestadas por perturbações cognitivas, mas não podem ser atribuídas a deficiências sensoriais, motoras, intelectuais ou emocionais, nem a um ensino inadequado ou à falta de oportunidades.

Myklebust ressalta que a dislexia não decorre de um ensino inadequado ou da falta de oportunidades para o aluno participar de atividades reais de leitura e escrita. No entanto, ele aponta que essas limitações são causadas por perturbações cognitivas e não devem incluir deficiências sensoriais, motoras, intelectuais ou emocionais.

Dessa forma, embora o disléxico tenha

dificuldades na aprendizagem da leitura, em condições normais ele pode apresentar desempenho regular nas disciplinas cujo aprendizado não depende diretamente da leitura.

O mais importante, tanto para as famílias quanto para as instituições escolares, é a realização de um diagnóstico cuidadoso — para distinguir a dislexia de outras condições — e em tempo oportuno (nunca antes dos sete anos). Caso a dislexia seja confirmada, é fundamental que o aluno seja encaminhado para serviços de apoio especializado. No entanto, a escola também precisa assumir um papel ativo e não depender exclusivamente desse apoio. A intervenção docente pontual e eficaz, independentemente da situação, é um fator indispensável para que a aprendizagem seja possível. Assim, é necessário um compromisso com a organização da prática docente, adotando estratégias e situações didáticas diferenciadas que promovam o aprendizado.

## **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA**

A proposta aqui apresentada oferece ao leitor estratégias para a superação das dificuldades de aprendizagem. Não é nada fácil, mas é preciso que a escola, a família e a sociedade como um todo busquem meios para solucionar certas dificuldades, impedindo que muitos alunos fiquem à margem da sociedade, como verdadeiros excluídos, incapazes de usufruir de competências importantíssimas ao ser humano: a leitura e a escrita.

Segundo Vygotsky (1989), a atividade criadora é uma manifestação exclusiva do ser humano, pois somente ele tem a capacidade de criar algo novo a partir do que já existe. Por meio da memória, o homem pode imaginar situações futuras e formar outras imagens. Sendo assim, a ação criadora está no fato de não se adaptar ao status quo, isto é, de não se acomodar ou conformar com uma situação, buscando,

por intermédio do imaginário e da fantasia, o equilíbrio e a construção de algo novo.

É com base nesse pressuposto que o trabalho psicopedagógico se faz atuante, descobrindo no aprendiz suas capacidades e desenvolvendo atividades que o auxiliem na ordenação e coordenação de suas ideias e manifestações intelectuais, possibilitando a superação de muitas de suas dificuldades.

Assim, a psicopedagogia surgiu como norteadora dos procedimentos necessários ao trabalho com alunos que apresentam barreiras à sua aprendizagem, objetivando o reconhecimento de suas capacidades e retirando os obstáculos que os impedem de aprender.

A intervenção psicopedagógica, considerando o processo de aprendizagem do aluno de forma abrangente e envolvendo componentes de vários eixos de estruturação, como o afetivo, cognitivo, motor, social, econômico e político, é capaz de deslocar a causa das dificuldades de aprendizagem de um foco centrado apenas no aluno e no professor, para uma visão mais ampla, que compreenda inúmeras variáveis. Essas variáveis precisam ser analisadas com cuidado tanto pelo professor quanto pelo psicopedagogo.

Sobre este assunto, Solé (2001) afirma que a intervenção psicopedagógica se define como o conjunto articulado e coerente de tarefas e ações que visam promover um ensino diversificado e de qualidade, atendendo aos diferentes usuários em colaboração com os diversos sistemas e agentes da escola. Sua finalidade é contribuir para prevenir possíveis disfunções ou dificuldades, para compensar ou corrigir aquelas que tenham surgido, e para potencializar e enriquecer o desenvolvimento dos indivíduos e dos sistemas que integram a instituição educacional, sua organização e seu funcionamento.

Trata-se, assim, de manter um vínculo significativo entre psicopedagogo, escola e família, numa tentativa de intervenção que permita possíveis soluções para a situação. A escola pode ser orientada a

desenvolver um trabalho mais centrado nas necessidades dos alunos.

Solé acredita que a escola pode e deve se posicionar criticamente frente a esses casos e transformar a realidade de muitos alunos disléxicos. Para isso, é necessário contribuir para um ensino diversificado e de qualidade, ajustado a seus diversos usuários, característica dos psicopedagogos que trabalham com um enfoque educacional. Esse trabalho, inclusive, pode ser direcionado para amenizar as dificuldades encontradas por um aluno durante a aprendizagem (p. 56).

Dessa forma, é essencial que a escola preste mais atenção ao que ocorre nas diversas situações do dia a dia dos alunos, a fim de explicar sua aprendizagem e desenvolvimento, assim como atrasos nesse processo. A relação com profissionais especializados, como o psicopedagogo, torna possível compreender a maneira como os alunos aprendem e se desenvolvem, as dificuldades que enfrentam ao se deparar com novas aprendizagens, e ajudá-los a superar essas barreiras por meio de atividades planejadas e executadas para que aprendam mais e melhor.

Quanto ao atendimento com profissionais como psicopedagogos e professores em sala de aula, é imprescindível uma maior compreensão da dinâmica dos jogos. Não é possível deixar esse aprofundamento de lado, pois os jogos, enquanto recursos de ampliação de significados e sentidos humanos, possuem um valor inestimável.

Pela dinâmica de jogar, brincar e sorrir, o espaço para inserção dessa prática pode contextualizar, construir e ampliar novos conhecimentos de modo gratificante e envolvente, em que a dimensão humana do sentir-se pleno em prazer seja a motivação para continuar no movimento de aprendizagem.

Para Fernández (1991), não pode haver construção do saber sem que se jogue com o conhecimento. Segundo ele, para construir um saber ou se apropriar de um conhecimento, devemos jogar com a

informação como se fosse certa e como se não fosse certa. É no seio desse processo que a criação se constrói, permitindo a transformação do objeto de acordo com a experiência de cada um e, ao mesmo tempo, a transformação de si mesmo pela inclusão desse objeto (FERNÁNDEZ, 1991, p. 166).

Por meio da aprendizagem do próprio jogo, do domínio das habilidades e raciocínios utilizados, a criança tem a possibilidade de redimensionar sua relação com as situações de aprendizagem e com o desejo de buscar novos conhecimentos. Ela também tem a oportunidade de lidar com a frustração do não saber, com a alternância entre vitórias e derrotas. Essas mudanças na percepção de si mesma e do objeto de conhecimento podem ser estendidas às situações de aprendizagem formal, na medida em que se restabelecem o desejo e a confiança em sua capacidade de aprender.

A escolha dos jogos deve ser definida pelas dificuldades específicas de cada aluno, sendo nesse momento que se pode trabalhar com tais dificuldades. Existem jogos que desenvolvem a linguagem, outros que trabalham com números e alguns que trazem informações sobre diversos temas. Há também uma variedade de jogos que exigem estratégia, domínio espacial, verificação de hipóteses e tomadas de decisão. Jogos de computador, com sua diversidade inesgotável de temas, abrangem desde linguagem e raciocínio até simulações de realidade.

### **RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA COMO ALIADA NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA**

Família e escola têm um objetivo comum: estabelecer as melhores condições para favorecer o desenvolvimento integral das crianças, jovens e adultos.

Esse objetivo requer ações de qualidade em cada um dos sistemas, de modo a garantir que os alunos tenham acesso, de forma progressiva, à cultura de seu grupo social, num processo que impacte positivamente

seu autoconceito, sua capacidade de se relacionar construtivamente com os outros e suas possibilidades de inserção em novas estruturas e sistemas. Para isso, a leitura é uma ferramenta imprescindível.

Além disso, esse objetivo exige o conhecimento mútuo, a formação de vínculos e o estabelecimento de acordos entre esses contextos originários, condições essenciais para que o potencial de desenvolvimento de cada um deles possa ser concretizado.

Parolin (2010, p. 46) destaca a importância da escola na construção de valores essenciais para a vida dos alunos, trabalho que precisa ser integrado às ações das famílias. Segundo a autora, no passado, a tarefa de construir valores e atitudes era atribuída exclusivamente à família. Hoje, porém, as crianças ingressam cedo na escola, que se tornou uma parceira importante nesse processo. Parolin enfatiza que a família é responsável por inserir a criança no ambiente de aprendizagem, contribuindo para que ela se descubra, se aceite e se sinta confiante em sua realidade, enfrentando as complexidades inerentes ao aprendizado. Já a escola tem, entre suas atribuições, oportunizar a socialização entre os alunos, promover a construção de novos conhecimentos e possibilitar o compartilhamento de experiências pessoais, ampliando concepções e respeitando as crenças e culturas dos outros.

Cada escola é, em essência, uma comunidade que, ao longo de sua história, estabeleceu vínculos afetivos e relacionais entre seus membros — docentes, alunos e famílias. Esses aspectos variam em cada instituição.

O psicopedagogo, ao atuar em uma instituição, pode encontrar cenários diversos: desde boas relações entre família e escola até situações marcadas por atritos, incompreensões e conflitos frequentes, que geram desconfiança e interações pouco construtivas. Nesse contexto, o psicopedagogo desempenha um papel crucial no estabelecimento de canais fluidos de comunicação entre família e escola.

Quando as relações entre esses dois sistemas são conduzidas com confiança e respeito mútuo, elas se articulam em torno de objetivos comuns, buscando os aspectos positivos que todos os envolvidos possuem. Assim, os membros da família reconhecem e respeitam o papel educacional da escola, criando-se um contexto de convivência confortável para todos.

O grau em que as famílias desenvolvem expectativas positivas sobre o bem-estar e a educação de seus entes na escola depende diretamente da acolhida oferecida pela instituição, não apenas aos alunos, mas também à família como um todo. Além disso, o esforço contínuo para cuidar e manter essa relação é fundamental. Há uma variedade de intervenções vinculadas à cultura da escola em relação às famílias, como palestras gerais no início do ano, comunicações escritas (personalizadas ou gerais), apresentação de projetos, informações sobre os estilos e formas de relação adotados pela escola, e a colaboração do psicopedagogo em atividades integrativas.

Em sentido inverso, o psicopedagogo também pode incentivar a escola a ouvir as opiniões dos pais ou outros membros da família, seja sobre questões globais, seja sobre aspectos mais específicos relacionados à educação do aluno.

Todas essas intervenções têm como objetivo primordial melhorar a comunicação entre família e escola, promovendo relações positivas entre ambos os sistemas.

Portanto, a família é um elemento essencial para a superação de problemas de aprendizagem. Sua presença é crucial, pois permite identificar rapidamente significados sintomáticos em vínculos relacionados ao aprendizado, possibilitando a realização de diagnósticos diferenciais entre problemas de aprendizagem sintomáticos e reativos.

## **COMO INTERVIR NOS CASOS DE DISLEXIA ESCOLAR?**

Para uma intervenção psicopedagógica eficaz nos casos de dislexia, disgrafia e disortografia — principais pontos de reflexão deste trabalho —, é fundamental que o profissional descreva a situação para explicar à família e à escola o que ocorre no cérebro dos indivíduos com necessidades educacionais específicas. Isso implica que o psicopedagogo deve representar fielmente o caso do dislético em seu plano de trabalho, seja por escrito ou oralmente, abrangendo o caso como um todo ou em detalhes. É por meio dessa descrição que o profissional poderá elaborar um relato circunstanciado das dificuldades na leitura e na escrita, explicando posteriormente os dados obtidos na anamnese.

Uma descrição detalhada do histórico dos educandos com necessidades educacionais específicas permitirá uma melhor compreensão das dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita. Além disso, essa descrição justificará a adoção de medidas mais seguras e eficazes durante a avaliação e a intervenção psicopedagógica.

Outra responsabilidade do psicopedagogo é avaliar para intervir, buscando solucionar ou compensar as dificuldades do educando. Assim, após descrever e explicar o caso psicopedagógico, o profissional que atua com crianças, jovens ou adultos com dislexia, disgrafia ou disortografia poderá analisar objetivamente os dados sobre as dificuldades levantadas junto aos professores, pais e os próprios alunos.

Uma pauta, protocolo ou ficha de observação, quanto mais abrangente, mais eficaz será. As avaliações escolares tradicionais também não podem ser descartadas ou negligenciadas, pois são ferramentas importantes para verificar a competência do educando.

A intervenção psicopedagógica deve ocorrer quando o profissional se sentir seguro teoricamente para aplicar atividades direcionadas às dificuldades dos educandos com dislexia, disgrafia e disortografia. Essa intervenção requer habilidade, desenvolvida pela experiência, para agir com eficiência. Geralmente,



envolve um período em que os alunos deixam, por algumas horas, suas atividades regulares na sala de aula, permanecendo na própria instituição de ensino para receber treinamento específico voltado à superação de suas dificuldades. Essa prática precisa ser compartilhada com a família e respaldada no Projeto Político-Pedagógico da escola.

### **A RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DOS ALUNOS**

Até o momento, destacou-se a responsabilidade de profissionais como o psicopedagogo em ajudar alunos com dificuldades de aprendizagem a superá-las. Também se enfatizou a importância da relação escola-família como um elo fundamental nesse processo.

No entanto, é imprescindível que o professor, por estar em contato direto com o aluno, esteja seguro de sua prática docente e atento a qualquer anomalia na interação dos alunos com a leitura e a escrita. Isso não significa que o professor, isoladamente, conseguirá ajudar os alunos a superar completamente suas dificuldades. Contudo, ao oportunizar o contato com a leitura e a escrita de forma planejada e significativa, estará contribuindo para que os alunos compreendam a função e a importância dessas competências.

Em todos os momentos de sua aula, o professor deve estimular a curiosidade do aluno e fortalecer sua autoconfiança, ajudando-o a compreender o valor da aprendizagem para o seu aperfeiçoamento intelectual e pessoal. Luft (1985) chama atenção para uma nova forma de lidar com os alunos em sala de aula, propondo um novo modelo de ensino que exige professores competentes, seguros, livres e bem informados sobre as pesquisas na área da linguagem. Não se trata de impor novas teorias aos alunos, mas de praticar a língua juntamente com eles. Segundo o autor, essa é a única maneira de fazer com que o estudante domine a língua, tornando-se seu

senhor, e não um servo humilhado e inseguro (LUFT, 1985, p. 108-109).

Dessa forma, é evidente que o professor não deve se limitar a um único método de ensino para atender às necessidades individuais da turma. Ele deve trabalhar com a língua, seja ela escrita ou falada, dentro de suas finalidades, evitando tornar o ensino mais difícil ao focar excessivamente em questões gramaticais.

Ainda sobre esse assunto, Luft (1985) afirma que *"um ensino libertador, a libertação pela palavra: será esse o grande objetivo a ser perseguido nas aulas de língua materna. Libertado e consciente de seus poderes de linguagem, o aluno poderá crescer, desenvolver o espírito crítico e expressar toda a sua criatividade"* (LUFT, 1985, p. 110).

Ao proporcionar essa oportunidade ao aluno, o professor, mesmo que precise recorrer ao apoio psicopedagógico — o que em certos casos é essencial —, estará atuando como parte de um grupo de profissionais que reconhece a leitura e a escrita como direitos inalienáveis de todos os cidadãos. Assim, contribuirá para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, buscou-se refletir e compreender os aspectos relacionados aos problemas de aprendizagem e à intervenção psicopedagógica, além de destacar a necessidade de aprimorar o trabalho com a leitura e a escrita nas escolas, a fim de capacitar os alunos a se apropriarem dessas competências essenciais para o convívio social.

Com base nas pesquisas e análises realizadas, constatou-se que as dificuldades de aprendizagem têm múltiplas causas. Contudo, alguns alunos, apesar de suas dificuldades, não estariam à margem do conhecimento se não se deparassem com a dificuldade de ensino ou, até mesmo, com o despreparo de alguns educadores. Se adequadamente apoiados, esses alunos

poderiam adquirir eficazmente as competências de leitura e escrita.

Portanto, ao analisar as dificuldades de aprendizagem, é imprescindível que os educadores e todos os envolvidos no processo educacional adotem um novo direcionamento, voltado para a criação de um projeto pedagógico escolar que valorize o ritmo individual de aprendizagem de cada aluno e suas particularidades. Essas propostas devem estar conectadas a outros setores sociais, que podem colaborar na superação das dificuldades enfrentadas pelas crianças.

Além disso, é fundamental destacar o papel do lúdico na intervenção psicopedagógica. Muitas vezes, o que as crianças não conseguem assimilar de forma abstrata pode ser compreendido quando são motivadas por meio de atividades didáticas que envolvam jogos e brincadeiras. Segundo Kishimoto (1996), essa abordagem permite ao aluno refletir sobre o que está desenvolvendo — seja um jogo ou uma brincadeira —, transformar essa ação em aprendizagem, sempre com orientação e objetivos claros.

Outro aspecto crucial para a superação dessas dificuldades é o envolvimento da família no processo de ensino-aprendizagem. Quando a participação familiar não ocorre de forma natural, cabe à escola promover esse contato por meio de visitas, reuniões e outras formas de interação.

Em suma, é necessário reconhecer que a escola deve abordar diversas questões emergentes, que respondem às necessidades contemporâneas. Os alunos precisam de apoio para que possam se expressar livremente em seus pensamentos e ações, tornando-se membros plenos da sociedade. Dessa forma, poderão utilizar a leitura e a escrita de maneira eficaz em suas diferentes funções, como verdadeiros cidadãos.

## REFERÊNCIAS

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 3. ed.

São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONSECA, Vítor da. **Introdução às Dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

LUFT, Celso Pedro. **Língua & Liberdade**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LÚRIA, A. **Curso de psicologia geral**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura?** 19. Ed. São Paulo. Brasiliense, 2004.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Professores Formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. 2. ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

PIAGET, J. **A Epistemologia Genética/Sabedoria e ilusões da Filosofia/Problemas de Psicologia Genética**. Tradução por Nathanael C. Caixeiro, Zilda A. Daeir, Célia A. Oi Piero. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOLÉ, Isabel. **Orientação Educacional e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.